

Ni Uma Menos: Movimentos feministas urbanos como espaços de resistência.

Carolina Garcia.

Cita:

Carolina Garcia (2017). *Ni Uma Menos: Movimentos feministas urbanos como espaços de resistência*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/746>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

NI UNA MENOS: MOVIMENTOS FEMINISTAS URBANOS COMO ESPAÇO DE
RESISTÊNCIA

Carolina Gallo Garcia

carolinagarcia3@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Na esteira dos diversos movimentos sociais contemporâneos, destacam-se os protestos urbanos vinculados às questões de luta por reconhecimento, como movimentos em prol de igualdade de gênero, raça e etnia nos âmbitos social, econômico e político. Torna-se latente destacar que tais manifestações se realizam no espaço onde as relações se produzem: a cidade. A organização do espaço construído a partir de ideais modernos normatiza práticas, ao passo que sua materialidade contribui na perenidade de relações socioespaciais. Advogamos que o sujeito do conhecimento não é neutro, mas antes alinhado a valores que reproduzem uma ideologia burguesa, patriarcal e hierárquica, característica das sociedades modernas urbanas. Desta maneira, o artigo propõe dedicar um olhar crítico à suposta neutralidade da ordem inerente ao espaço urbano, sobretudo quando este é submetido à luz de perspectivas que reconhecem assimetrias nas relações socioespaciais da ordem de gênero. Identifica-se a cidade como escala espacial chave através da qual estas relações se constituem e se perpetuam. O espaço é determinado e determinante de relações de gênero, uma vez que toda relação social é espacial e materialmente fundamentada, compreende-se que a dicotomia moderna entre público e privado propiciou articulações que reificam tais desigualdades. Neste sentido, nota-se que a ideologia da separação das esferas pública e privada enquanto espaços masculino e feminino, respectivamente, atua como mecanismo consubstancial para disputas de apropriação da cidade. Retóricas de culpabilização de vítimas de violência sexual e assédio ocorridas nas cidades, comumente atribuídas às mulheres, atestam-nos acerca da constituição desigual destes espaços, sobretudo acerca do direito de acesso a estes. Destaca-se que a asserção de responsabilidade à mulher sobre sua própria segurança evidencia aspectos de tais assimetrias: a imposição de códigos de conduta para usufruto das ruas, como vestimenta e postura - além da questão temporal, onde a noite torna-se excludente - são elementos do senso comum que demandam enfrentamento. Mais ainda, a necessidade de problematizar a noção de “espaço público”, enquanto âmbito democrático e lugar da prática das diferenças, tem a cidade como espaço por excelência ao exercício de liberdade. Assim, o artigo aborda tal problema a partir de uma análise das reivindicações presentes no movimento feminista “*Ni Una Menos*”. Com intento de protestar contra a violência de gênero e sobretudo contra o feminicídio, o movimento explicita sua potência ao contestar a violência de gênero, ao mesmo tempo em que rompe com a ideologia do confinamento doméstico. O tensionamento à ordem patriarcal é construído partir da noção de Agrest, onde a cidade torna-se o cenário social por excelência à expressão pública da luta feminista. Ao deslocarem-se para o espaço urbano, onde se encontram ideologicamente suprimidas, produzem resistências contra hegemônicas e contestatórias à dominação masculina estrutural.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

In the wake of the many contemporary social movements, the urban protests relates to the issues of struggle for recognition, such as movements for equality of gender, race and ethnicity in the social, economic and political spheres. It becomes latent to emphasize that such manifestations take place in the space where the social relations are produced: the city. The organization of space, constructed from modern ideals normalizes social practices, while its materiality contributes in the perennial of socio-spatial relations. We argue that the subject of knowledge is not neutral but rather aligned with values that reproduce a bourgeois, patriarchal and hierarchical ideology characteristic of modern urban societies. In this sense, the article proposes to devote a critical look to the supposed inherent neutrality of the urban space order, especially when we submit it into the light of other perspectives that recognize asymmetries in the socio-spatial relations of the gender order. The city is a key spatial scale through which these relationships are constituted and perpetuated. Space is determined and determinant of gender relations; since every social relation is spatially and materially grounded, it is understood that the modern dichotomy between public and private has provided articulations that reify such inequalities. In this sense, the ideology of separation of public and private spheres as masculine and feminine spaces, respectively, acts as a consubstantial mechanism for disputes of appropriation of the city. The rhetorical blame for victims of sexual violence and harassment in cities, commonly attributed to women, testify the unequal constitution of these spaces, especially about the right of access to them. It should be stressed that the assertion of responsibility to women about their own safety highlights aspects of such asymmetries: the imposition of codes of conduct to use the streets, such as dress code and behavior - besides the temporal issue, where the night becomes excluding time - are some elements of common sense that require confrontation. Moreover, the need to problematize the notion of "public space". Ideologically, the public spaces are democratic arenas and places for the practice of difference, and has the city as the space par excellence for the exercise of this freedom. Thus, the article addresses this problem from an analysis of the claims presented in the Latin-American feminist movement "Ni Una Menos". In an attempt to protest against gender violence and especially against femicide, the movement makes explicit its power by challenging gender violence, while breaking with the ideology of domestic confinement. The challenge for the patriarchal spatial order is built from Agrest's notion, where the city becomes the social scene par excellence to the public expression of the feminist struggle. When they move to the urban space, where they are ideologically suppressed, they produce resistances against hegemonic and contestation to the structural male domination.

Palavras-chave

Feminismo; Espaço Público; Direito à Cidade

Keywords

Feminism; Public Space; Right to the City



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Proclamado como “um grito coletivo contra a violência machista¹”, o movimento *Ni Una Menos* surgiu em Buenos Aires em 3 de junho de 2015, se utilizando da Plaza del Congreso e mais uma centena de praças em toda Argentina, afirmando o “começo de um novo caminho” que buscava dar voz à causa feminista. Segue-se uma luta contra o patriarcado e o feminicídio, crimes que mataram 275 mulheres entre 2015 e 2016 na Argentina², e que coloca o Brasil em 5º lugar no ranking mundial segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), com 4,8 homicídios por 100.000 mulheres³.

Neste contexto, o movimento surgido na Argentina despontou como um dos mais destacados e midiáticos protestos contra a violência de gênero dos últimos anos, ecoando em diversos países latino-americanos. Em outubro de 2016, após o aumento das taxas de violência de gênero no país e o trágico assassinato da jovem argentina Lúcia Perez, de 16 anos, o movimiento protagonizou uma das marchas de maior alcance midiático da causa feminista, capitaneando cerca de trezentas mil pessoas. Dentre as centenas de imagens produzidas na cobertura da mídia, que servem de insumo à nossa pesquisa, foi possível identificar discursos combativos à questão de direito à cidade. O processo disparado pelo movimento converteu-se em causa de ativismo, instaurada como pauta de discussão na agenda pública da América Latina e tornando o movimento um âmbito privilegiado de análise para o debate público.

Tomando como referencia o relatório brasileiro Diretrizes Nacionais Feminicídio, que apresenta dados coletados em 2015, os registros de importunação ofensiva ao pudor apontam que 32,8% das ocorrências ocorreram em via pública, contra 20,5% em

¹ Disponível em <http://niunamenos.com.ar/>, acesso em 25 de julho, 2017.

² Período de junho de 2015 a maio de 2016. Disponível em: <http://www.onu.org.ar/en-argentina-hubo-275-femicidios-entre-el-1-de-junio-2015-y-el-31-de-mayo-2016/>, acesso em 25 de julho, 2017

³ Segundo relatório “Diretrizes Nacionais Feminicídio”. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf acesso em 25 de julho, 2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

residências. O mesmo estudo aponta que as circunstâncias das mortes de mulheres ocorrem, predominantemente, em via pública (31,2%), seguida pelo domicílio (27,1%). Neste contexto, parece-nos relevante enfatizar que o lócus destas ocorrências não deve ser minorado: a cidade e seus espaços públicos ainda são, por excelência, um espaço de reprodução das relações sociais que perpetuam desigualdades de gênero.

Assim, este artigo parte da hipótese de que a ocupação das ruas pelos protestos feministas contra a violência machista não se configura ao acaso, mas antes resulta como elemento fundamental à compreensão do movimento em si. Para tanto, sugere-se uma leitura crítica aos pressupostos que, historicamente, realizaram uma dicotomia entre público e privado como dinâmica essencial à modernidade.

Conforme argumenta Fraser (2013), este espaço público do qual falamos não é, em termos culturais, um espaço neutro; nele, há formas de expressão e discursividades que são hegemônicas.

Não podemos mais supor que a concepção burguesa da esfera pública era simplesmente um ideal utópico não realizado; Foi também uma noção ideológica masculina que funcionou para legitimar uma forma emergente de organização de classe (...) A esfera pública oficial, então, era e, de fato, é, o principal local institucional para a construção do consentimento que define o novo modo hegemônico de dominação (FRASER, 2013, p.62)

Ou seja, é nos termos de Fraser (2013) que sugerimos que a vida pública em sociedades multiculturais contemporâneas não podem fundamentar-se exclusivamente em uma esfera pública única e totalizante, uma vez que isto

[...] equivaleria a filtrar diversas normas retóricas e estilísticas através de uma única lente abrangente. Uma vez que não pode haver tal lente genuína e culturalmente neutra, isto privilegiaria as normas expressivas de um grupo cultural sobre outras, tornando assim a assimilação discursiva uma condição para a participação no debate público. (FRASER, 2013, p.69)

Assim, por definição da autora, as sociedades devem abranger uma multiplicidade de públicos, as quais denomina de “contra-públicos”. Tais contra-públicos insurgem, discursivamente, como resposta contestadora à exclusão da esfera pública dominante ampliando assim seu espaço discursivo. É neste sentido que iremos abordar os movimentos urbanos feministas que irrompem como discursos de resistência à opressão



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de gênero. Ao compreender estes protestos como reivindicações de novos olhares às desigualdades sistêmicas de gênero e, sobretudo, o espaço urbano enquanto um lócus de disputas discursivas, o artigo propõe um olhar sobre os cartazes e reivindicações destes protestos que buscaram construir discursos dissidentes, alinhados à lógica dos “contra-públicos” fraserianos.

II. Espaço Público: um termo em disputa

[...] é preciso tentar desconstruir essa visão da cidade como um espaço neutro e sem história na qual é subjacente uma concepção atemporal e deslocalizada que tem a pretensão de criar categorias universais de validação. Essa ideia implica [...] uma falta de percepção das diferentes identidades e das diferenças” (CORTÉS, 2008, p.32)

As discussões referentes ao direito à cidade, sobretudo no que tange às possibilidades de existência e expressão da diferença, têm tomado a frente nos debates acerca das cidades contemporâneas. Não por acaso, a pauta feminista também se une às expressões urbanas, marcando a discussão sobre a noção de espaço público como espaço do bem comum e lócus da produção de sentido de cidadania.

Cabe, portanto, contextualizar a constituição desta materialidade pública. Desde a aurora da Revolução Industrial, no contexto de crescente adensamento humano nos centros urbanos, a arquitetura e o urbanismo intensificam seus papéis como meios de produção e ordenação do espaço, alinhados às novas demandas de controle destes lócus densificados, contribuindo à configuração de uma ordem espacial que expressa relações de poder, alinhados às hierarquias socialmente vigentes.

Assim, o espaço construído alinha-se a pressupostos epistemológicos da ciência moderna que, de caráter fundamentalmente binário, legitimam as relações sociais a partir da contraposição entre razão/emoção, cultura/natureza, masculino/feminino, favorecendo a perenização de assimetrias e hierarquizações. Neste contexto, o saber científico moderno se institui em posição de reforço à naturalização do gênero feminino, produzindo uma sujeição histórica, teórica e concreta da mulher nas organizações sociais ocidentais, cuja insígnia da reclusão ao espaço privado – e seu consequente apagamento na história pública.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Neste sentido, é possível afirmar que a materialidade do espaço construído que nos cerca está implicada na instauração e afirmação de sistemas de significados compartilhados socialmente, objetivando estruturas binárias e hierárquicas capazes de atuar na constituição das identidades de gênero. Ao formular um espaço urbano organizado entre público e privado, sua materialidade pode ser entendida como uma tecnologia de gênero que corrobora à naturalização de uma dicotomia espacial e heteronormativa.

Lefebvre (2000), ao associar a constituição desigual do espaço, mais diretamente relacionada ao viés de gênero, afirma que este se forma através de relações de poder que lhe são constitutivas.

O espaço foi marcado, mais que marcado: formado pela predominância masculina (guerreira, violenta, militar) e valorizado pelas virtudes chamadas viris, difundidas pelas normas inerentes ao espaço dominado-dominador. (LEFEBVRE, 2000, p.470-471)

Deste modo, sugerimos atribuir um papel à teoria feminista nas problematizações à suposta neutralidade do âmbito científico e da esfera pública. A partir do mote “o pessoal é político”, a segunda onda feminista questionava a artificialidade da separação das esferas pública e privada, tensionando a reclusão da mulher ao espaço privado e sua invisibilidade na esfera pública, supostamente universal. Tal dicotomia entre as esferas traduzem as distinções de gênero ao espaço e reproduzem as assimetrias de poder ao excluir o feminino das práticas públicas. Mais ainda, a manutenção desta separação público e privado pode ser vista como uma espacialidade própria da configuração urbana necessária ao capitalismo patriarcal (BONDI e ROSE, 2003)

Como corrobora a historiadora feminista Michelle Perrot (2007), há, na verdade, uma contraditoriedade no suposto universalismo da declaração dos direitos humanos. A começar pela inexistência do sufrágio universal, a participação feminina na vida pública se constrói de modo incompleto, refletindo-se em uma factual exclusão da própria cidade. A modernidade produziu vivências díspares de um mesmo espaço a partir de um recorte de gênero, que evidencia o caráter constitutivo do espaço como reificador de discursos e práticas sociais. O espaço, de caráter sempre processual, se produz através de vivências e experiências cotidianas e, de modo recíproco, as materialidades urbanas atuam na manutenção de uma estrutura espacial binária, que tipifica noções de feminino e masculino enquanto categorias antagônicas e inerentes a uma suposta natureza biológica. Como afirma McDowell (1983) ao não considerar a questão das relações de gênero



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

enquanto um aspecto estruturante dos espaços, estamos desconsiderando um aspecto central acerca da constituição de nosso entorno.

Assim, é importante destacar que o “direito à cidade”, no sentido de estar “em público”, usufruir da experiência urbana e suas sociabilidades foi, desde a aurora das cidades modernas, uma prerrogativa essencialmente burguesa e masculina. O usufruto dos espaços públicos apresenta claro atravessamento de gênero:

Esse direito de escapar para a privacidade pública era gozado de modo desigual pelos sexos. Até a década de 1890, uma mulher sozinha não poderia ir a um café em Paris ou a um restaurante respeitável em Londres sem suscitar alguns comentários e, ocasionalmente, ser barrada à porta. Ela era recusada, supostamente, por causa de sua necessidade de uma maior proteção. (SENNETT, 2014 [1974], p.315-316).

Ao longo de toda a história do pensamento ocidental, reforça-se a premissa de reclusão feminina ao âmbito doméstico. O sedentarismo, virtude feminina, endossa o triunfo da razão: ao disciplinar a mulher (bem como a natureza), elimina-se seu desejo de fuga, estabiliza-se a sociedade e a reprodução de suas estruturas. Assim, suspeitas recaem sobre as mulheres que se deslocam: “A *dissimetria* do vocabulário ilustra esses desafios: homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha” (PERROT, 2007, p.136, grifo da autora). Entretanto, as mulheres se movimentam.

A cidade, representada como a perdição das moças e das mulheres, lhes permite, com frequência, libertar-se de tutelas familiares pesadas, de um horizonte de aldeia sem futuro. Conseguem modestas ascensões sociais, escapam a uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação. (*ibid*, p.136)

E a cidade, de fato, tornou-se palco de libertação: tanto na primeira onda feminista, protagonizada pela tomada das ruas pelas sufragistas, como na segunda onda, cujas pautas referiam-se à igualdade de direitos, salarial e legalização do aborto. Verifica-se que, em verdade, o feminismo se consolidou essencialmente através de manifestações públicas e urbanas (PERROT, 2007). Isto significa pensar uma centralidade às ruas na estabilização dos movimentos e reivindicações de ordem política; ao se apoderarem taticamente (CERTEAU, 1994) do lugar do outro, de um espaço que lhes é imposto e não contempla aspectos de sua alteridade, este torna-se justamente o espaço ideal à produção de dissensos contra-hegemônicos. É deste modo que, na rejeição de interpretações



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

binaristas da cidade e na impossibilidade de apagamento da multiplicidade de experiências na urbe, este trabalho propõe pensar os escapes à ordem estrategicamente estabelecida a partir da construção de discursos de dissidência produzidos pelo movimiento *Ni Una Menos*. Ao jogar com novos discursos, que perturbam a aparente ordem estabelecida na cidade, sugerimos que o movimiento proporcionou um escape às imagens hegemônicas que aludem ao espaço público como algo consensual.

III. Metodología

A proposta deste trabalho visa produzir uma leitura a partir da profusão de cartazes empunhados pelas marchas *Ni Una Menos*. Ao compreendê-los como narrativas alternativas, que são da ordem do dissenso, expõem-se as fissuras de um suposto espaço público democrático. Assim, partindo destes suportes textuais procederemos com o método de análise de discurso. Na definição de Orlandi (2013) a análise de discurso parte do pressuposto de que a linguagem não é neutra ou transparente, mas antes uma produtora de sentidos, onde a relação estabelecida entre “linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo” (p.19). Deve-se, portanto, pensar em discurso ao invés de mensagem, uma vez que o que se produz, em realidade, são complexos processos de produção de sentido e nunca uma transmissão de informação estanque.

Assim, talvez possamos ler nestes cartazes evidências de uma realidade social avessa o imaginário de urbanidade democrática em decadência quando em comparação à ideal grega antiga, presente em tantos autores, de Hannah Arendt à Richard Sennett, a fim de evidenciá-lo como um campo em disputa. A profusão de cartazes foi, portanto, organizada em dois grandes conjuntos de ideia: o repúdio à violência e a reivindicação de direitos igualitários, sobretudo de direito à cidade. Como estes dois temas aparecem imbricados nos discursos analisados, serão abordados conjuntamente ao longo das análises.

Através de pesquisa realizada no Google, buscando em sites, principalmente de jornais, os registros dos cartazes utilizados nas marchas, encontramos um universo de cerca de 50 diferentes textos que tomaram o espaço público através da linguagem. A página do Facebook do movimento *Ni Una Menos*, com mais de 283 mil seguidores, também foi utilizada a fim de localizar marchas e atividades desenvolvidas pelo movimento.

Para muito além de um transbordamento do privado ao público, estes dizeres nos atestam que os movimentos sociais necessitam, como constatou Butler (2011), insistir na existência de condições materiais para os protestos e discursos públicos. Isto significar pensar que o espaço não é neutro, mas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

antes condição para a profusão de novos discursos: tanto os protestos quanto seus discursos reconfiguram a materialidade do espaço público. Assim, as vozes das ruas parecem emanar o mais fundamental dos direitos: o direito à cidade como modo elementar ao exercício da cidadania. Nas bases da acepção de democracia da pólis está a publicidade – ou seja, o direito de falar e ser escutado, com fins de reconhecimento político para negociações das diferenças. No cartaz que sustenta a frase “não quero me sentir valente, quero me sentir segura” o que se verifica é uma reivindicação de igualdade, negociando uma posição de recusa aos termos vigentes de usufruto dos espaços públicos urbanos. Deste modo, a fim de organizar tal discussão, buscamos compreender a potência deste movimento e apresentar uma breve leitura dos principais discursos de resistência à opressão de gênero.

IV. Análise dos cartazes: discursos de contestação

A partir de uma primeira incursão em imagens de cartazes, é possível identificar o espaço urbano enquanto um território de disputas discursivas por sua apropriação, território este que, dadas as relações de poder patriarcal, instaura uma realidade de exclusão feminina na cidade sobretudo em determinados espaços, horários, etc. Dentre inúmeras frases, destacamos: a) “A sociedade ensina “não seja estuprada” ao invés de “não estupe”; b) “Vivas e livres nos queremos. As ruas são nossas”; c) “Nem uma a menos, a culpa não é da vítima, é do machismo”; d) “Desculpem o incômodo, mas estão nos matando”; e) “Um dia, já não terei medo de andar na rua, já não terei medo de morrer pelo teu machismo”; f) “Meu decote não é um convite para me seguir”; g) “Deixe-me caminhar tranquila pela rua”; h) “Usar o espaço público não quer dizer que meu corpo também o seja”; i) “Eu me visto para mim, não para ti”.

Estes são alguns exemplos das frases identificadas com os temas de repúdio à violência, reivindicações por igualdade e direito à cidade. Na grande maioria das frases, é possível verificar a situação desfavorável das mulheres para desfrutar de seus plenos direitos de cidadãs nos espaços públicos. Nos termos de Fraser (2013) pode-se sugerir que estes protestos se configuram pela expressão de contra-públicos subalternos, ou seja, são arenas discursivas paralelas, onde as mulheres representam um grupo social subordinado ao poder patriarcal, impondo, por sua vez, a circulação de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

seus contra-discursos. Tais contra-discursos lhes permite formular interpretações alternativas a suas identidades e diferenças.

Há um ponto importante que gostaríamos de incluir aqui: Agrest (1988) afirma o papel da arquitetura e do urbanismo como representação visual e material dos valores de uma sociedade. Desde o Renascimento, estabeleceu-se um sistema de regras e premissas como base da arquitetura ocidental, cuja característica central, segundo a autora, remete à supressão da mulher na relação analógica entre corpo e arquitetura. Deste modo, o corpo masculino seria o ideal em termos de proporcionalidades às medidas arquitetônicas.

A mulher é suprimida na relação analógica entre corpo e arquitetura, pois, de acordo com os textos clássicos, é o corpo do homem que é o corpo natural e perfeitamente proporcional do qual derivam os princípios e as medidas da arquitetura. A mulher é reprimida no modelo da cidade. O atributo distintivo da mulher, a maternidade, é projetado para o corpo masculino. (AGREST, 1988, p.594)

Podemos entender a arquitetura enquanto um sistema que se define, material e simbolicamente, tanto pelo que inclui como pelo que exclui ou oblitera, sendo ambos mecanismos parte de um mesmo constructo: “O projeto arquitetônico clássico da cidade (como um corpo) é um reflexo perfeito de um sistema acabado, fechado e unitário”(ibid, p.595). Mais ainda, este sistema de lógica idealista não compreende a contradição operando, portanto, na eliminação do termo oposto: a mulher. Deste modo, a representação dos termos culturais associados ao feminino não cabe à ordem simbólica dominante, tendo a representação constantemente reprimida e excluída. Deste modo, a mulher localiza-se “nas brechas do sistema simbólico, é uma *outsider*” (ibid, p.595).

A constatação de Agrest evidencia a contribuição do sistema arquitetônico no estabelecimento de uma determinada ordem simbólica, onde a analogia entre o corpo masculino e cidade operam no centro de um discurso representacional, de modo que o

corpo é então incorporado, como forma, ao sistema arquitetural por intermédio das ordens, das hierarquias e do sistema geral de organização formal que permite que esse discurso antropocêntrico opere no nível do inconsciente (AGREST, 1988, p.589)

Cortés (2008) também analisa como a hierarquização entre gênero – hegemônico e o negado – produzem espaço à manutenção de uma ordem socialmente prescrita.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No mundo ocidental, a subordinação cultural do feminino por parte da masculinidade hegemônica define-se, no caso específico da construção do espaço social, mais por tudo aquilo que se nega que por aquilo que se diz. O espaço urbano estabelece – em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização – hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros. (CORTÉS, 2008, p.31)

Em que pese a exclusão simbólica, as práticas cotidianas das mulheres nas cidades não cessam, sendo preciso destacar que estas práticas escapam ao poder das tecnologias de organização do espaço. Ou seja, de algum modo a arquitetura, como os discursos, instauram simbolicamente, uma realidade do espaço social no espaço material da cidade. Tais sistemas simbólicos – visuais, discursivos – entram em embate na arena pública quando lemos “Vivas e livres nos queremos. As ruas são nossas”. O *Ni Una Menos*, tal como outros movimentos de cunho feminista como a Marcha das Vadias ⁴ e a *Women’s March* ⁵, pautam assim novas articulações, possibilidades de produção discursivas e polifonias de práticas políticas no campo do feminismo.

Bondi e Rose (2013) identificam o urbano como uma escala espacial-chave sobre a qual as relações de gênero são experienciadas e reproduzidas, ainda que tal questão para pensar a vida urbana tenha sido, por muito tempo, amplamente menosprezada. Deste modo, as autoras criticam a longa ausência de questionamento e as falhas no reconhecimento das diferentes experiências das mulheres nas cidades, apontando que a questão da violência machista em espaços públicos está associada à questão espacial de modo mais amplo, uma vez que as relações sociais se produzem sempre e através do espaço.

Quando lemos “Usar o espaço público não quer dizer que meu corpo também o seja” podemos remeter novamente às autoras: toda relação social, de poder e opressão “estão inextricavelmente ligadas aos espaços e lugares particulares dentro dos quais e em relação aos quais as pessoas vivem”. (BONDI e ROSE, 2013, p.232). Ou seja: o espaço público, ainda que não o único, revela-se como reprodutor das práticas sociais de opressão de gênero.

⁴ Tradução de SlutWalk, marcha iniciada em 2011 no Canadá, posteriormente internacionalizada. A marcha protesta contra a culpabilização das vítimas de estupro, que parte da atribuição de responsabilidade das mulheres por provocar tais comportamentos.

⁵ A marcha ocorrida em janeiro de 2017 em Washington também foi seguida em diversas partes do mundo, visava a proteção dos direitos das mulheres, dos direitos LGBTs, de imigrantes e desigualdades raciais.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em “Meu decote não é um convite para me seguir”, remetemos a análise ao que Listerborn (2002) irá constatar como uma “geografia do medo feminino”. Tratam-se de percursos táticos para evitar sentirem-se inseguras, mapas mentais desenvolvidos pelas mulheres para evitar determinadas áreas e ruas da cidade por conta do medo de se deslocar por estas.

Assim, a cidade é um espaço determinado e determinante de relações de gênero. Em perspectiva alinhada à crítica da geografia feminista, compreende-se que a dicotomia moderna entre público e privado propiciou articulações espaciais que reificam desigualdades, condições de apropriação do espaço e violência de gênero.

Ao analisar as reivindicações de inúmeros cartazes, concordamos novamente com Fraser (2013) que “uma concepção da esfera pública pretende suprimir, e não eliminar, as desigualdades sociais estruturais” (p.65). Assim, na impossibilidade de existência de somente uma esfera pública, aqui tomada não apenas em seu sentido político mas também espacial, na materialidade do espaço urbano – nos leva à concordar com Fraser que uma vida pública igualitária deve ser composta por uma multiplicidade de públicos. Tal mutiplicidade de públicos só seria possível a partir de múltiplas discursividades, tão manifestas nos cartazes analisados.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Considerações Finais

Ao localizar os discursos produzidos nas manifestações do *Ni Una Menos* dentro de teorias feministas do espaço (AGREST, 1988; CORTÉS, 2008; BONDI e ROSE, 2013) e da política (FRASER, 2013) procuramos demonstrar como o espaço construído corrobora ao estabelecimento e manutenção de uma ordem simbólica dominante, onde aqueles que não possuem lugar dentro de tal ordem precisam operar nos interstícios da matriz hegemônica - que situa a masculinidade enquanto gênero normativo às representações socioculturais. Neste sentido, buscamos também evidenciar a potência dos discursos contra-hegemônicos na construção de contra-públicos de Fraser, de modo que as possibilidades de produção destes discursos intersticiais foram privilegiadas neste estudo.

Em acordo com Foucault (DREYFUS e RABINOW, 1987) as relações de poder e as práticas de liberdade, como subversão de tais relações, são indissociáveis; as coisas não podem ser distintas entre puras ordens da libertação ou de opressão mas, antes, há sempre possibilidades de enfrentamento, desobediência. A liberdade é uma prática, é aquilo que se deve exercer e não é excludente ao exercício do poder: trata-se de um jogo complexo onde liberdade é condição à existência do poder.

Neste sentido, esta prática de liberdade parece-nos alinhada à ideia da mulher na cidade, onde as práticas destas agentes apostam na subversão de um sistema que se apresenta fechado em si e, que para elas é, por princípio, excludente. Uma vez que este não é, ideologicamente falando, o seu lugar, suas práticas urbanas podem ser então vistas como práticas de liberdade. Deste modo, compreendemos que a ordem estratégica não se encontra livres de transgressões às suas matrizes edificantes.

Ao remontar a história das mulheres, Perrot (2007) evidenciou as práticas de subversão à opressão ao longo do tempo. A autora recorda o caso da famosa sufragista, Emily Davidson (1872-1913) que, em protesto, jogou-se em frente a um cavalo do rei Jorge V.

Eis o extremo da violência feminista. Com mais frequência, as mulheres lançam mão da festa ou do escárnio. Elas cantam, usam *slogans* irônicos — O esfregão está queimando, faixas ameaçadoras, vassouras. A simples presença de mulheres na rua,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agindo em causa própria, é subversiva e sentida como uma violência. (PERROT, 2007, p.157)

E, nos termos de Agrest

A cidade é o cenário social onde a mulher pode exprimir publicamente a sua luta. Ela não é (nunca foi) aceita nas instituições do poder (...) O lugar público é uma terra de ninguém pronta para ser apropriada. O cenário da cidade, da rua, do lugar público é o dos despossuídos - ali ela se sente "em casa". (AGREST, 1988, p.597)

O feminismo e suas ondas foram, portanto, movimentos que propiciaram incursões das mulheres como atrizes na vida pública, construindo sua presença de modo resiliente. Neste contexto, os movimentos sociais, empunhando cartazes com discursos dissidentes se tornam contra-discursos de apropriação da cidade: uma vez que a repressão se realiza no plano simbólico, estabelecem-se outros cenários, produções contra-discursivas que instauram o dissidente; novos regimes simbólicos.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

AGREST, Diana (1988). *À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo*. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 585 -599.

BONDI, Liz, ROSE, Damaris. *Constructing gender, constructing the urban: A review of Anglo-American feminist urban geography*. In: Gender, Place & Culture. Vol. 10. pp.229-245. Londres, Routledge, 2003.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. *Diretrizes nacionais do feminicídio. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, 2016.

BUTLER, Judith. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street*, Transversal, Outubro, 2011. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en> acesso em 25 de julho, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Vol. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CORTÉS, José Miguel G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere. A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: : Social Text, No. 25/26 (1990) 2013, pp. 56-80

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4a ed. Paris: Anthropos, 2000. [1974].

LISTERBORN, Carina. "Understanding the Geography of Women's Fear: Toward a Reconceptualization of Fear and Space," in *Subjectivities, Knowledges and Feminist Geographies: The Subject and Ethics of Social Research*, ed. Liz Bondi et al (Lanham, MD: Rowan & Littlefield Publishers, 2002), p37.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PERROT, Michelle (Org.) *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

_____, Michelle. *Minha história das Mulheres*. Tradução Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007

SENNETT, Richard. 2014 [1974]. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras